PROJETO DE LEI Nº , DE 2025

(Do Sr. Clodoaldo Magalhães)

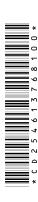
Dispõe sobre normas de controle, rastreabilidade, rotulagem, segurança e responsabilidade penal na fabricação, engarrafamento, importação e comercialização de bebidas alcoólicas, e dá outras providências.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1°. Esta Lei estabelece normas de controle sanitário, rastreabilidade, rotulagem e responsabilidade penal aplicáveis à cadeia produtiva de bebidas alcoólicas, com o objetivo de prevenir a adulteração e a contaminação por substâncias tóxicas, protegendo a saúde pública e o consumidor.

2°. Art. Para fins desta considera-se: os Lei. I – bebida alcoólica: todo produto destinado ao consumo humano contenha teor alcoólico superior 0,5% em volume: que II – produtor, engarrafador ou importador: toda pessoa física ou





- III lote: conjunto de unidades de um mesmo produto, elaborado sob condições essencialmente idênticas durante um mesmo ciclo de produção;
- IV substância tóxica: qualquer composto químico não destinado ao consumo humano, cuja presença em bebida alcoólica ofereça risco à saúde, incluindo, entre outros, o metanol.
- Art. 3°. Todo produtor, engarrafador, distribuidor ou importador de bebidas alcoólicas deverá obter registro e autorização sanitária específica junto aos órgãos competentes da União, observando os seguintes requisitos mínimos:
 - I comprovação de regularidade fiscal e ambiental;
- II instalações adequadas e licenciadas para manipulação de substâncias
 alcoólicas;
- III implementação de sistema de controle químico e sanitário de
 insumos e produtos acabados;
- IV contratação de laboratório credenciado para análises
 periódicas de qualidade, pureza e teor alcoólico;
- V manutenção de responsável técnico habilitado e registrado no respectivo conselho profissional.
- Art. 4°. O registro e a autorização sanitária terão validade de 3 (três) anos, renovável mediante comprovação da manutenção dos requisitos previstos nesta Lei.
- Art. 5°. É obrigatória a realização de análises laboratoriais em a da lote de produção de bebidas alcoólicas, com a finalidade de



industriais;

verificar a conformidade com os parâmetros de segurança definidos pela autoridade sanitária.

Art. 6°. As análises deverão incluir, no mínimo, a verificação da ausência ou dos níveis máximos permitidos das seguintes substâncias:

I – metanol;

solventes

III – contaminantes químicos decorrentes de processos de adulteração;

Ш

- IV impurezas provenientes de matérias-primas ou equipamentos inadequados.
- § 1º O limite máximo de metanol permitido será fixado por regulamento técnico da autoridade competente, com base em critérios toxicológicos reconhecidos.
- § 2º A comercialização de bebida com presença de metanol acima do limite legal constitui infração gravíssima, sujeitando o infrator às penalidades previstas nesta Lei e demais normas aplicáveis.
- § 3º O laudo de análise laboratorial deverá ser arquivado pelo fabricante por prazo mínimo de 5 (cinco) anos, estando disponível para auditoria dos órgãos fiscalizadores.
- Art. 7°. Todos os produtores, engarrafadores e importadores deverão manter sistema de rastreabilidade integral de cada lote, desde a origem dos insumos até a comercialização final.
 - Art. 8°. O sistema deverá conter. mínimo: no identificação do lote data de fabricação; е Ш origem dos insumos utilizados; Ш dados de armazenamento: transporte е





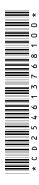
- IV relatórios laboratoriais e certificados de pureza;
 V destino comercial do produto e identificação do distribuidor.
- § 1º As informações deverão estar disponíveis em formato eletrônico e auditável.
- § 2º O prazo mínimo de guarda das informações é de 5 (cinco) anos.
- § 3º O não cumprimento das obrigações de rastreabilidade sujeitará o infrator às penalidades do art. 14 desta Lei.
- Art. 9°. As bebidas alcoólicas deverão conter rotulagem padronizada e lacres de segurança invioláveis, com as seguintes informações obrigatórias:
 - I número do lote e data de fabricação;
 - II razão social, CNPJ e endereço do fabricante ou importador;
- III identificação do laboratório responsável pela análise de qualidade;
 - IV advertência expressa sobre riscos à saúde;
- V código QR Code ou outro meio digital que permita ao consumidor verificar a autenticidade e a origem do produto.
- § 1º O lacre deverá ser inviolável, de uso único e conter elementos visuais ou eletrônicos que impeçam sua reutilização.
- § 2º O descumprimento do disposto neste artigo sujeita o infrator às sanções previstas no art. 14.
 - Art. 10. O descumprimento das obrigações estabelecidas nesta Lei sujeitará o infrator às seguintes sanções administrativas:
 - I advertência;
 - II multa de até R\$ 1.000.000,00 (um milhão de reais);
 - III suspensão temporária da autorização sanitária;





- IV cassação definitiva do registro e interdição do estabelecimento.
- Art. 11. Aquele que fabricar, vender, distribuir ou importar bebida alcoólica adulterada com substância tóxica, inclusive metanol, fica sujeito à pena de reclusão de 8 (oito) a 15 (quinze) anos, e multa.
- § 1º Se do fato resultar lesão corporal de natureza grave, a pena será aumentada de metade.
- § 2º Se resultar morte, a pena será de reclusão de 12 (doze) a 25 (vinte e cinco) anos, sem prejuízo das demais sanções cabíveis.
- § 3º As penas previstas neste artigo são aumentadas de um terço se o agente for reincidente ou integrante de organização criminosa.
- Art. 12. Constitui crime a omissão de comunicação de contaminação ou adulteração detectada pelo fabricante, engarrafador ou distribuidor, sujeitando o responsável à pena de reclusão de 2 (dois) a 5 (cinco) anos, e multa.
- Art. 13. O Poder Executivo regulamentará esta Lei no prazo de 180 (cento e oitenta) dias, estabelecendo:
- I os limites máximos permitidos de metanol e outras substâncias:
- II os padrões técnicos dos lacres e códigos de rastreamento;
 - III os critérios de fiscalização e auditoria dos lotes.
- Art. 14. As multas e penalidades aplicadas com base nesta Lei terão parte de sua arrecadação destinada a fundos públicos de





saúde e vigilância sanitária, preferencialmente voltados à prevenção de intoxicações por bebidas adulteradas.

Art. 15. Esta Lei entra em vigor 180 (cento e oitenta) dias após sua publicação.

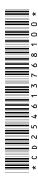
JUSTIFICAÇÃO

Nos últimos dias, o país foi abalado por graves episódios de intoxicação e morte decorrentes do consumo de bebidas alcoólicas contaminadas com metanol, substância altamente tóxica e imprópria para o consumo humano. Esses casos, registrados em diferentes estados, escancararam as fragilidades do sistema de fiscalização e de rastreamento da cadeia produtiva e comercial de bebidas no Brasil, evidenciando a necessidade urgente de uma resposta legislativa firme e eficaz.

A adulteração de bebidas alcoólicas com metanol é uma prática criminosa que afronta frontalmente o direito à vida, à saúde e à segurança do consumidor. O metanol, quando ingerido, pode causar cegueira irreversível, danos neurológicos graves e até a morte, mesmo em pequenas quantidades. A falta de controle rigoroso sobre a origem dos produtos, a deficiência de análises laboratoriais obrigatórias e a ausência de rastreabilidade eficiente criam um ambiente propício para que atividades clandestinas prosperem, colocando em risco a população e comprometendo a credibilidade do setor formal.

Diante dessa realidade alarmante, o presente Projeto de Lei tem por objetivo reforçar o controle sanitário e a segurança na produção, engarrafamento, importação e comercialização de bebidas alcoólicas, por meio de medidas modernas e rigorosas. A proposta estabelece regras claras de registro e autorização sanitária, exigindo que todo produtor, engarrafador ou importador comprove condições técnicas adequadas, mantenha controle químico permanente de insumos e produtos e possua contrato com laboratórios credenciados para análises periódicas.





No que se refere à rotulagem e segurança do consumidor, o projeto determina que todas as bebidas contenham lacres invioláveis e códigos digitais, como QR Codes, que possibilitem ao cidadão verificar a autenticidade e a procedência do produto de forma rápida e acessível. Essa medida aumenta a transparência e empodera o consumidor, permitindo que ele participe ativamente do combate à adulteração.

Outro ponto essencial da proposição é a obrigatoriedade de controle laboratorial para detecção de metanol e outras substâncias tóxicas, com definição de limites máximos permitidos e penalidades severas para quem comercializar bebidas fora dos padrões de segurança. Dessa forma, busca-se criar barreiras técnicas e legais capazes de impedir que produtos contaminados cheguem às prateleiras e, consequentemente, à mesa do cidadão.

O projeto ainda tipifica penalmente a adulteração de bebidas com substâncias nocivas à saúde humana, prevendo penas de reclusão compatíveis com a gravidade do delito e agravantes nos casos em que as intoxicações resultem em lesões graves ou morte. Não se trata apenas de uma infração econômica, mas de um atentado à vida, que deve ser punido com o máximo rigor.

Em suma, esta proposta representa uma resposta legislativa imediata e necessária diante dos trágicos acontecimentos recentes. Ela combina prevenção, transparência e responsabilização, reforçando o papel do Estado na proteção da saúde pública e no combate às práticas criminosas que colocam em risco a população.

Diante da urgência da situação e da comoção social causada pelos episódios de intoxicação por metanol, contamos com o apoio dos nobres Pares para a aprovação desta proposição, que reafirma o compromisso desta Casa com a vida, a segurança alimentar e a itegridade do consumidor brasileiro.



de

de

2025.

Deputado Clodoaldo Magalhães PV/PE



